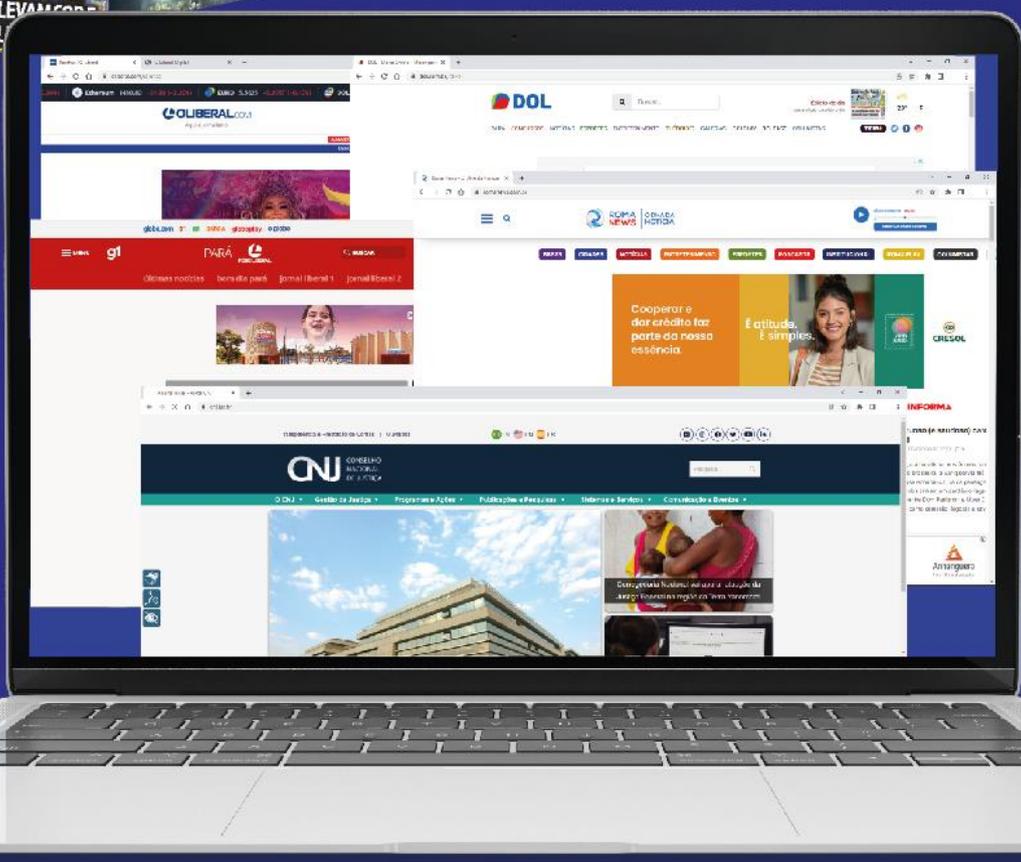




CLIPPING

Quinta-feira
22 de junho
de 2023



BAIXO AMAZONAS

Professores da rede municipal de Almeirim estão há mais de 40 dias em greve**DILSON PIMENTEL**
DA REDAÇÃO

Professores da rede municipal de Almeirim, município no Baixo Amazonas, estão em greve há mais de 40 dias. Eles pedem melhoria da oferta de alimentação escolar, transporte escolar para a zona rural, realização de concurso público e pagamento do percentual do piso do magistério, que é de 14,95%.

Admilson Caldeira, da coordenação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp) em Almeirim, disse que a entidade já enviou dez ofícios à prefeitura, mas não obtém retorno. Ele também afirmou que o Sintepp já apresentou uma proposta, mas a prefeitura não aceitou um acordo.

Segundo ele, no dia 19 de janeiro passado o sindicato enviou o primeiro ofício à prefeitura, com uma pauta contendo 18 pontos para ser discutida com o governo. Não houve resposta. Nos meses de fevereiro, março e abril, novos ofícios foram mandados à gestão municipal. Também sem sucesso.

No dia 16 de abril a categoria entrou em "estado de greve". E o Sintepp enviou novos ofícios em busca de negociação com a prefeitura. "No total, mandamos dez ofícios e não recebemos resposta de nenhum", disse.

No dia 2 de maio a categoria fez uma assembleia em frente ao prédio da prefeitura e deflagrou a greve. Para o movimento não ser considerado ilegal, o sindicato afirmou que cumpriu todos os prazos

previstos em lei. A greve começou dia 8 de maio, uma segunda-feira. E essa decisão foi comunicada oficialmente à prefeitura.

REPOSIÇÃO

Mesmo assim, algumas escolas continuam funcionando, como as da zona rural, as salas de aulas em que são atendidos alunos especiais e a parte administrativa das escolas. "Também sinalizamos, nesse ofício, a realização de uma reunião para que pudéssemos discutir um calendário para a reposição desses dias parados", disse. Os documentos foram encaminhados à prefeitura, à secretaria de educação municipal, ao Ministério Público e aos diretores das escolas.

Paralisação em abril advertiu a prefeitura

Antes de deflagrar greve, os professores fizeram uma paralisação de um dia em 26 de abril. E outra paralisação dia 31 de maio. "Quando fomos receber o pagamento referente a maio já veio o desconto de uma falta referente a 26 de abril", afirmou o sindicalista. Até agora, portanto, são 42 dias de greve. "Eles já abriram um canal de diálogo, mas não apresentaram proposta nenhuma para o encerramento da greve", disse.

Em uma das reuniões, o Sintepp apresentou propostas ao governo. São cinco pontos de pauta para se chegar a

um acordo e a categoria retornar às salas de aula. "A proposta que apresentamos tem o parcelamento do reajuste de 14,95% em três vezes: 5% no mês de junho, que seria agora, 5% em julho e 4,95% em agosto", afirmou Admilson Caldeira.

Em 29 de maio houve uma audiência de conciliação em Belém, no Tribunal de Justiça, mas sem acordo. "O governo não quis conciliar. E, até o momento, continuamos sem resposta da prefeitura", afirmou.

A Redação entrou em contato com a prefeitura de Almeirim, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CNJ e entidades parceiras organizam ação para promover acesso à Justiça e à cidadania na Amazônia Legal



Promover acesso à Justiça e à cidadania, assegurando direitos básicos à população que vive em regiões remotas. Esse é o objetivo do Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, que será realizado entre os dias 17 e 21 de julho, no município de São Félix do Xingu (PA). Desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho da Justiça Federal (CJF),

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a ação conta com a participação de diversos parceiros, entre os quais os Ministérios da Defesa, do Trabalho e Emprego, da Justiça e da Segurança Pública, dos Povos Indígenas, além de outros, e também conta com a adesão de diversas autarquias, dentre elas o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O programa surgiu da necessidade de ampliar a atuação do Poder Judiciário na região da Amazônia Legal, caracterizada pela dificuldade de deslocamento entre municípios. Os serviços que serão disponibilizados à população de São Félix do Xingu estão voltados à garantia dos direitos fundamentais, especialmente acesso à Justiça.

Para a realização das ações, foram estabelecidos quatro eixos de atuação: produção de dados; ambiental; acesso à Justiça e cidadania; e trabalho seguro. A premissa do programa é realizar itinerância, de forma periódica e colaborativa, em áreas da Amazônia Legal nas quais seja identificada pouca presença do Estado e litígios de grande repercussão e complexidade.

De acordo com a organização do programa, a medição dos indicadores deve levar em consideração o número de parceiros envolvidos; o nível de satisfação com o atendimento; o número de demandas não atendidas e motivos do não atendimento; a quantidade de processos julgados; de acordos homologados; e de atendimentos realizados.

Cenário

O município de São Félix do Xingu está localizado a 1.050 quilômetros de Belém e mais de 80% do território está localizado na área rural. A população local sofre com a ocorrência de delitos contra a vida, o meio ambiente, garimpo ilegal, e questões fundiárias.

São Félix do Xingu tem muitas terras indígenas, entre elas a mais desmatada nos últimos anos, Apyterewa, que abriga povos isolados ou de recente

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

contato. Já a terra Kayapó sofre igualmente com exploração de recursos e ocupações ilegais e sua área desmatada vem aumentando anualmente.

Entre os principais desafios enfrentados no município – considerado o sexto maior do Brasil – estão o desmatamento e a exploração ilegal de recursos naturais.

Texto: Ana Moura

Edição: Thaís Cieglinski

Agência CNJ de Notícias

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem investigado por latrocínio é preso após 13 anos do crime, no interior do Pará

Polícia Civil (PC) disse que ele utilizava nomes falsos para escapar das autoridades.

Por g1 Pará — Belém

22/06/2023 09h23 · Atualizado há 16 minutos



Homem preso por crime cometido em 2009. — Foto: Ascom PC-PA

Um homem investigado por um crime de latrocínio — roubo seguido de morte — ocorrido em dois dezembro de 2009 foi preso na quarta-feira (21) em [Uruará](#), no sudoeste do Pará.

Segundo a Polícia Civil (PC), o crime foi na cidade de [Senador José Porfírio](#), também na região sudoeste paraense, envolvendo outros 10 suspeitos que, na

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ocasião, assaltaram um navio e mataram o comandante da embarcação e um funcionário dele.

"A importante prisão foi dificultada ao longo dos anos, porque o investigado adotou a prática criminosa de utilizar nomes falsos para escapar das autoridades policiais", explicou a corporação.

Após a captura, o homem foi encaminhado para a delegacia e em seguida colocado à disposição do poder judiciário para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Família de universitária que morreu após passeio de lancha pede R\$ 2,8 milhões por danos morais: 'que sinta a dor no bolso', diz mãe da jovem

Esse é o segundo processo em que Lucas Magalhães de Souza, o dono da lancha onde jovem estava antes de morrer, é citado, sendo o primeiro criminalmente e agora na seara civil.

Por g1 Pará — Belém

21/06/2023 15h56 · Atualizado há 15 horas



Yasmin Macêdo, de 21 anos, morreu durante passeio de lancha. — Foto: Reprodução

A família de [Yasmin Cavaleiro de Macedo, influencer que morreu após desaparecer durante passeio de lancha](#) no rio Maguari, em [Belém](#) entrou com processo civil pedindo indenização por danos morais e materiais contra o dono da lancha e a marina de onde o barco teria saído.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

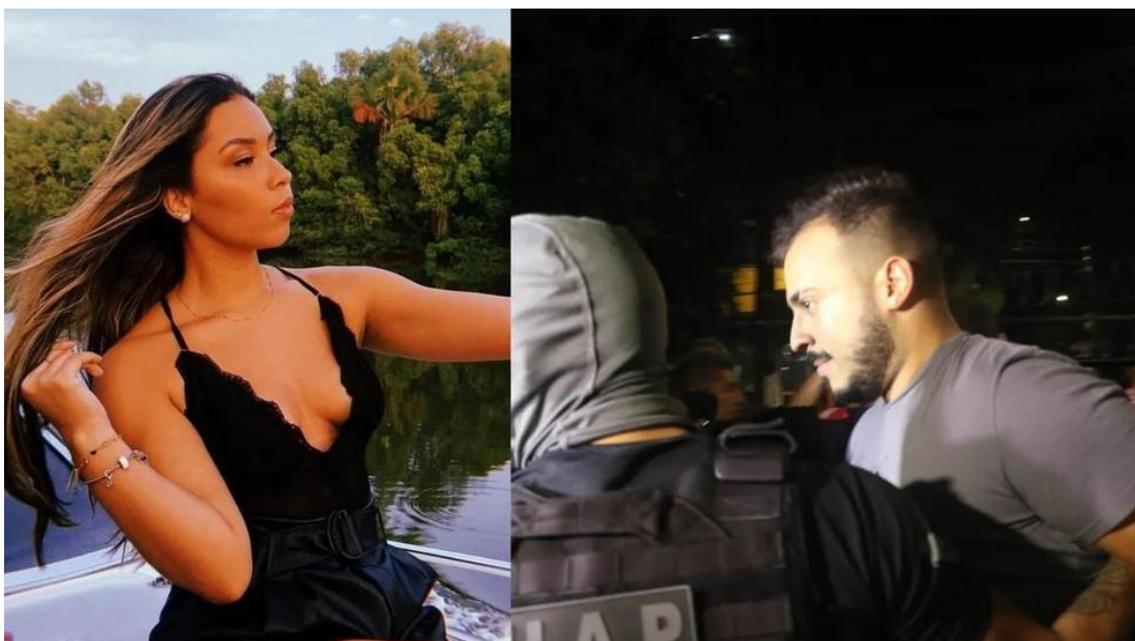
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ação é movida pela mãe da vítima, Eliene Cristine, que solicita um valor de mais de R\$ 2,8 milhões, sendo R\$ 2 milhões a título de danos morais e R\$ 8.142,44 de danos materiais. Nas redes sociais, Eliene se posicionou dizendo que esse valor ainda é pouco, visto que perdeu a filha e os processados [estão impunes, segundo ela.](#)

"Dois milhões ainda é muito pouco para todos os dias que deito e vem a imagem na minha cabeça da Yasmin morta no IML. Que ele [Lucas, o dono da lancha] sinta no único lugar que importa pra ele: o bolso", declarou a mãe da vítima.

O processo foi recebido na última terça-feira (20), pela 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém e aceito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Esse é o segundo processo em que Lucas Magalhães de Souza é citado, sendo o primeiro criminalmente e agora na seara do civil.



Caso Yasmin: Vítima e processado por envolvimento na morte, Lucas Guimarães — Foto: Reprodução/Redes Sociais

O novo processo é de autoria do advogado da família da vítima, Madson Nogueira, que afirmou que "o valor da causa foi estipulado com base não só nos danos materiais sofridos pela dona Eliene [mãe da vítima] que é um direito dela, quanto também nos danos morais com base em uma série de institutos", afirmou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O advogado de defesa de Lucas Magalhães de Souza se posicionou dizendo que "não conhece a fundo as alegações e que ainda não houve a citação", declarou Francelino Neto. O **g1** não conseguiu contato com a defesa da Gran Marine Club, também algo do processo civil.

Relembre o Caso

Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo era estudante de medicina veterinária e tinha 21 anos quando desapareceu durante um passeio no barco de Lucas Magalhães, no dia 12 de dezembro de 2021. O corpo foi encontrado no dia seguinte. Os dois estavam com mais pessoas na lancha.



Reconstituição da morte da jovem Yasmin Macedo ocorre em Belém — Foto: Poliane Guimarães/TV Liberal

Lucas Magalhães de Souza estava preso desde dezembro do ano passado e foi solto em março deste ano. Em janeiro de 2023, após audiência de instrução e julgamento, a Justiça decidiu que ele deveria ser levado ao Tribunal do Júri pelos [crimes de homicídio com dolo eventual, posse e disparo de arma de fogo e fraude processual](#). O julgamento ainda não tem data para acontecer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Condenado por tráfico de drogas é recapturado em Benevides

O processo existente contra Everton Costa de Moraes tramita na justiça desde o ano de 2013



O Liberal

21.06.23 22h39



Everton segue à disposição do Poder Judiciário. (Divulgação/ PC)

Policiais civis da Delegacia de Benevides prenderam, nesta quarta-feira (21), um homem identificado como Everton Costa de Moraes pelo crime de tráfico de drogas. Contra ele, havia um mandado de prisão decorrente de decisão condenatória, que tramita na Vara Criminal de Benevides desde o ano de 2013.

Everton foi encaminhado à unidade policial, subordinada à Superintendência da Região Metropolitana, para a realização dos procedimentos legais e colocado à disposição do Poder Judiciário.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dia do MPPA tem sessão solene e entrega de medalhas para personalidades paraenses

O reconhecimento é por serviços relevantes e ações prestadas ao Ministério Público, que completa 132 anos, e à sociedade



Camila Azevedo

21.06.23 13h21



Em comemoração ao dia do Ministério Público do Pará (MPPA), que completa 132 anos, com personalidades do estado serão contempladas com a entrega de uma medalha durante a Sessão do Colégio de Procuradores de Justiça, nesta quinta-feira (22), no edifício-sede da instituição. Entre os homenageados está Ronaldo Maiorana, presidente executivo do Grupo Liberal.

A outorga da medalha é parte da programação de comemoração e foi instituída pela portaria Nº 2938/2023. Entre os agraciados com a honraria estão membros e servidores do MPPA, bem como personalidades ou instituições, pública e privada, além de autoridades do Pará e de outros estados. O reconhecimento é por serviços relevantes e ações prestadas ao Ministério Público e à sociedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VEJA MAIS

O Ministério Público do Pará realizou, nesta segunda-feira, reunião técnica para debater sobre o Aterro Sanitário de Marituba

Aterro de Marituba: 'Empreendimento não atende totalmente a legislação ambiental', diz MPPA

Servidores do Ministério Público do Estado do Pará terão reposição salarial de 6,51%

De acordo com o procurador-geral de Justiça, César Mattar Jr, o MPPA está presente em 118 dos 144 municípios paraenses

MPPA deve ter concurso público para preencher 100 novos cargos

Dia do MPPA

A Lei nº 9.357/2021, Art.1º, que reconhece o dia 22 de junho como o dia do MPPA, foi sancionada em 29 de novembro de 2021 pelo governador do estado, Helder Barbalho. A data é celebrada todos os anos e consta no calendário oficial do Pará. Antes da sanção, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), também em novembro de 2021.

O dia 22 de junho foi reconhecido pelo Colégio de Procuradores de Justiça, por proposição da Procuradoria-Geral de Justiça, como data magna para a instituição. A data decorre da criação do MPPA por força da promulgação da Constituição Estadual de 1891, a primeira republicana.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br